Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Rúben Jardim de Freitas, com endereço no Caminho do Pilar — Conj. Habitacional Pilar I, bloco A, lote 1, fracção F, 9000-136 Funchal.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, foi designado o dia 19 de Setembro de 2006, pelas 10 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos, que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

Tendo o Juiz limitado a participação na assembleia aos titulares de créditos que atinjam o valor de 42 373,92 euros, fixado no despacho de convocatória, podem os credores afectados fazer-se representar por outro, cujo crédito seja, pelo menos, igual ao limite fixado, ou agrupar-se de forma a completar o montante exigido, participando através de um representante comum (n.º 4 do artigo 72.º do CIRE).

15 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Carlos Jorge Trincheiras Delca*. — A Oficial de Justiça, *Cecília Tavares*. 1000304140

TRIBUNAL DA COMARCA DE SEIA**Anúncio**

Processo n.º 229/06.8TBSEI.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — Gaseia — Comércio Material Instalação de Gás.

Insolvente — Martivico — Construções, L.ª, e outro(s).

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Martivico — Construções, L.ª, número de identificação fiscal 505810603, com endereço na Vila Cova à Coelheira, 6270 Seia.

Administrador da insolvência: Dr. Alfredo do Carmo Gomes, com endereço na Rua de 21 de Agosto, 156, Viseu, 3510-119 Viseu.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente — artigo 232.º CIRE.

Efeitos do encerramento: os constantes dos artigos 233.º e 234.º/4 do CIRE.

18 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Augusta Palma*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Bento*. 3000211755

TRIBUNAL DA COMARCA DE TONDELA**Anúncio**

Processo n.º 304/06.9TBTND.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Credor — Agroviseu — Com. Ind. e Representações, S. A.

Insolvente — António Carvalho Mendes e outro(s).

Publicidade do termo da administração pelo devedor nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Tondela, 1.º Juízo de Tondela, foi proferida, em 20 de Julho de 2006, sentença que põe termo à administração da massa insolvente supra-identificada, pelos devedores, nos termos do artigo 228.º, n.º 1, alínea d), do CIRE: António Carvalho Mendes, casado, nascido em 15 de Outubro de 1944, concelho da Batalha, freguesia de Reguengo do Fetal, Batalha, número de identificação fiscal 140401288, bilhete de identidade n.º 1477168, com en-

dereço na Rua da Senhora do Calvário, 20, Lageosa do Dão, 3460-000 Tondela, e Ana Maria Arnaut Moreira de Matos Carvalho Mendes, casada, nascida em 15 de Dezembro de 1950, número de identificação fiscal 140401318, bilhete de identidade n.º 1554804, com endereço na Rua da Senhora do Calvário, 20, Lageosa do Dão, 3460-000 Tondela, com as moradas indicadas.

Os autos prosseguem a sua tramitação nos termos gerais, ficando a administração da insolvência entregue ao administrador já nomeado, adiante identificado, indicando-se o respectivo domicílio, Dr. Rui Nunes Dias da Silva, com endereço na Rua de Serpa Pinto, 37, 1.º, esquerdo, 3510-112 Viseu.

Advertem-se os devedores dos requeridos/insolventes de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não aos requeridos/insolventes.

21 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Isabel Emídio*. — O Oficial de Justiça, *António Almeida*. 3000212487

TRIBUNAL DA COMARCA DE VALPAÇOS**Anúncio**

Processo n.º 6-F/2002.

Prestação de contas (liquidatário).

Liquidatário judicial — Cláudia Sousa Soares.

Requerida — Pinta Amarela — Armazém e Comércio de Calçado.

A Dr.ª Sara Guimarães, juíza de direito, nomeada em substituição da juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

17 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Sara Guimarães*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Bento Xavier Cunha*. 1000304162

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**Anúncio**

Processo n.º 2197/05.4TJVNF-G.

Prestação de contas do administrador (CIRE).

Administrador da insolvência — Cláudia Sousa Soares.

Insolvente — Filic Comércio de Fios, L.ª

A Dr.ª Sílvia Barbosa, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores da insolvente Filic Comércio de Fios, L.ª, número de identificação fiscal 505147343, com sede na Rua do Conselheiro Santos Viegas, 153, sala 3, 4760-129 Vila Nova de Famalicão, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

18 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Sílvia Barbosa*. — A Oficial de Justiça, *Paula Leite*. 1000304160

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio**

Processo n.º 799/06.0TYLSB.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Devedor — Lins — Restaurante, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

O Dr. António Marcelo dos Reis, juiz de direito do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber que no Tribunal de Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 25 de Julho de 2006, pelas 12 horas, foi

proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Lins — Restaurante, L.^{da}, com sede em Vilafrancacentro, loja 402, Vila Franca de Xira.

São administradores da devedora: Lin Jansen, com endereço na Rua do Dr. António Elvas, 24-C, 2.º, direito, Laranjeiro, Almada, e Lin Jiang, com endereço na Rua do Dr. António Elvas, 24-C, 2.º, direito, Laranjeiro, Almada, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Orlando José Ferreira Apoliano, com domicílio na Rua do Vilarinho, 5, 1.º, 2890-068 Alcochete.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 24 de Outubro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

25 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *António Marcelo dos Reis*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*. 3000212459

Anúncio

Processo n.º 230/06.ITYLSB.
Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).
Devedor — Quevideu, C. R. L.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

A Dr.ª Maria de Fátima Reis Silva, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber que no Tribunal de Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 17 de Julho de 2006, pelas 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Quevideu, C. R. L., com sede registal na Rua de Gonçalo Nunes, 35, rés-do-chão, Lisboa, com sede efectiva na Rua de Santo Estêvão, lote 196, Casal da Silveira, Famões.

São administradores da devedora: Aristides Guilherme Nabais Paiva, com endereço na Rua de Santo Estêvão, lote 195, Casal da Silveira, Famões; José João Coelho Martins de Almeida Silva, com endereço na Rua de D. Cristóvão da Gama, 7, 1400-113 Lisboa; João Alexandre Benamor Marvão, com endereço na Rua de D. Fuas Roupinho, 50, 2765-323 São João do Estoril, e António José Oliveira Ferreira, com endereço na Rua de Adelaide Cabete, 10, 5.º, A, 2660-208 Santo António dos Cavaleiros, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. José Luís Caetano Marques, com domicílio na Rua do Padre Luís Aparício, 9, 2.º, direito, 1150-248 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 3 de Outubro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

21 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*. 3000212520

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 164/05.7TYVNG.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Requerente — Carina Alexandra Pereira Mouta e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 29 de Junho de 2006, às 10 horas e 35 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora CAMPILUZ — Sociedade de Representações, Artigos Decoração, Metais e Ferros, L.^{da}, com endereço na Rua da Devesa, 151, Avintes, 4430-814 Vila Nova de Gaia, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora Manuel Pereira da Silva, com endereço na Rua do Outeiro, 461, Avintes, 4400-000 Vila Nova de Gaia, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Anabela dos Anjos Ferreira, com domicílio na Rua de Nossa Senhora de Fátima, 222, 5.º, C, Porto, 4050-426 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].